

A inserção internacional do Brasil no século XXI: perspectivas pós-neoliberais

Lucas Hage dos Santos CHAGAS¹
Tarsis Daylan Sepúlveda Coelho BRITO FILHO²

Resumo

Neste início do século XXI, a política externa brasileira passou por mudanças em sua orientação. Uma dose maior de nacionalismo, em comparação aos anos 1990, pode ser extraída de posicionamentos tais como a ênfase nas relações Sul-Sul. Os desdobramentos desta nova orientação para o desenvolvimento socioeconômico constituem o objeto central deste trabalho. Procede-se a análise comparativa dos perfis de políticas de inserção internacional nas décadas 1990 e 2000, bem como sua contextualização no paradigma dos mercados globais. Procura-se, deste modo, situar a baliza de inserção internacional adotada neste início de século XXI, pelo Brasil, no quadro de estratégias pós-neoliberais de desenvolvimento.

Palavras-chave: Nacionalismo. Relações Sul-Sul. Desenvolvimento. Mercados globais.

Abstract

Brazilian Foreign Policy has performed changes on its orientation, in this beginning of century. A greater content of nationalism, comparing to the 90's, can be inferred from positions such as the emphasis recently given to South-South relations. The outcomes of this new orientation for social-economic development are the focus of this article. Through comparative analysis of the strategies of international insertion adopted during the decades of 1990 and 2000, as well as its contextualization into the paradigm of global markets, this paper attempts to place this new orientation of Brazilian foreign policy in the set of strategies of the post-neoliberalism.

Key words: Nationalism. South-South Relations. Development. Global markets.

¹ Graduando de Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB); e de Ciências Jurídicas pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). E-mail: hageucas@gmail.com

² Graduando de Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB); e de Ciências Jurídicas pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB). E-mail: tarsis.daylan@gmail.com

Introdução

A América Latina consumiu a década de 1990 em um empreendimento de reformas pró-mercado. Esta orientação econômica de ajuste, sob a forma de políticas de desregulamentação e abertura comercial, responde pelo recuo, pelo menos formal, do Estado (Domingues, 2007, pp. 69-70). Esta era a fórmula para o desenvolvimento econômico apresentada aos países latino-americanos no ápice da moderníssima globalização. Era uma etapa necessária para que estes países atingissem um novo patamar civilizacional e gozassem dos frutos do desenvolvimento.

Albert O. Hirschman exprime claramente os “sermões e repreensões” alinhados com as “virtudes do livre-mercado, da privatização e do investimento privado externo” e com os “perigos da direção e orientação governamental” que recaíam sobre aqueles países (Hirschman, 1996. *Apud* Moraes, 2006, p. 35). Vista a partir de suas consequências políticas, econômicas e sociais, a década de 1990, ao entoar o coro da globalização, pode ser melhor compreendida como encerrando um convite ao aperto de cintos para um projeto de desenvolvimento neoliberal. Um projeto que em certos aspectos e contextos, mostrou-se disposto ao “sangue, suor e lágrimas”³ (Sen, 2004 [1999], pp. 51-52).

O entusiasmo com o processo de integração econômica global tem manifestação na orientação das políticas externas dos países. No caso brasileiro, alinhamentos incondicionais, ou condicionados em termos fortemente assimétricos, não eram novidade à década de 1990. Contudo, o país sentiu até formar a percepção, de modo algum consensual, de que “as características dominantes da globalização são as características da globalização dominante ou hegemônica” (Santos, 2005^a, p. 29). É na década de 2000 que princípios mais autonomistas, com abundantes ressalvas, entram em cena, reelaborados a partir da diretriz nacionalista, que subjazeu à Política Externa Independente (PEI), da década de 1960, e se fez presente em outros momentos da história brasileira (Gonçalves In Freixo et al., 2011, p. 11).

³ A expressão é usada por Amartya Sen para expor uma das atitudes gerais a respeito do processo de desenvolvimento. A aplicação à análise do contexto de ajustes estruturais das economias latino-americanas na década de 1990 é de nossa inteira responsabilidade.

Uma expressão desta inflexão na orientação da política externa brasileira, que correspondeu ao período do governo Lula, pode ser encontrada na aposta feita aos projetos de integração regional; na oposição frontal ao projeto de criação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA); nas oposições aos empreendimentos militares norte-americanos no Oriente Médio; na proeminência que ganharam as relações Sul-Sul, em que a América do Sul, a África e o continente asiático ganharam destaque no direcionamento das relações externas brasileiras.

Primeiramente, cumpre traçar as características desta orientação, seus elementos comuns às estratégias de “barganha nacionalista” precedentes, bem como os aspectos que a singularizam (Vizentini In Ferreira e Delgado, 2008, pp. 195-299). Em seguida, é elaborada uma análise da densificação das relações comerciais entre o Brasil e a China neste início de século, seus impactos na economia doméstica, bem como o sentido que adquire na inserção do Brasil no cenário internacional. À guisa de conclusão, a orientação mais autonomista das estratégias de política externa, redescoberta recentemente, é pensada à luz do que Boaventura de Sousa Santos denomina “globalização contra-hegemônica”. Uma via que se apresenta à modernidade pós-neoliberal.

Nacionalismo em outros tempos

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, a política de substituição de importações, frequentemente identificada com uma postura nacionalista, foi acomodada na estratégia econômica de incentivo à indústria. Contudo, a política de industrialização do governo JK reconheceu um papel fundamental a ser desempenhado pelos capitais estrangeiros (Fausto, 2012 [2006], pp. 363-364), com o que manifestava uma orientação de política externa bifronte. Uma proximidade decrescente em relação aos Estados Unidos, em um clima de crescente antiamericanismo e anti-imperialismo no subcontinente latino-americano (Bueno e Cervo, 2011, pp. 311-312).

A partir de 1958, a crise da estratégia desenvolvimentista dos “50 anos em 5” abriu espaço para uma reorientação da política externa brasileira, marcada pela diplomacia hemisférica, formulada na Operação Pan Americana. Este direcionamento atingiu máxima expressão com a conformação, em 1961, da PEI. Formulada sob a

administração Jânio Quadros-Afonso Arinos, esta estratégia de inserção internacional de cunho progressista destoava da postura conservadora que o governo Jânio assumia na política nacional e econômica (Vizentini, pp. 102-104).

A PEI não representava uma orientação antiamericana. Calcada no nacionalismo, a política externa correspondente aos governos de Jânio Quadros e João Goulart adotava uma postura pragmática pró-interesses. Autonomia era sua insígnia, anunciada sob a advocacia da autodeterminação dos povos. Uma busca de desvencilhar as posições externas do país dos preconceitos ideológicos, alimentados neste momento imediatamente subsequente à revolução em Cuba (Bueno e Cervo, 2011, pp. 331-334). Tão logo os militares assumiram a direção política do país, em 1964, o desenvolvimentismo brasileiro se reencontrou com o alinhamento incondicional aos Estados Unidos. A PEI e os princípios que a regiam foram desmantelados de imediato (*Idem*. Pp. 394-395).

Em 1989, uma nova crise do desenvolvimentismo, menos contingente e mais geral, induziu, uma vez mais, um reordenamento das estratégias de política externa. O Brasil, então, imprimiu “orientações confusas, até mesmo contraditórias, à política exterior” (*Ibidem*. Pp. 487-488). A desorientação que o pensamento político emprestou às estratégias de inserção internacional do país, refletia a perda do rumo de um Estado que há muito perseguia incontestavelmente o desenvolvimento nacional. Este movimento atingiu o mundo em geral, e a América Latina, em particular: “O modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos, a partir de fins da década de 1930, esteve vinculado a uma tentativa de “substituição de importações” e à homogeneização da nação por um estado que buscava se fortalecer e enraizar” (Domingues, 2007, p. 60).

José Maurício Domingues retrata esta mudança como uma crise do que chama de “segunda fase da modernidade”. O Estado, como agente central do projeto de modernização, é questionado, enquanto o mercado desimpedido se apresenta como a nova chave virtuosa (Domingues, 2011, pp. 236-237). No Brasil, a política exterior brasileira da década de 1990 expressa bem esta indefinição, que se mostrou no retraimento do estado desenvolvimentista, nacional-autonomista, e na emergência de um modelo mais subserviente às forças coercivas do núcleo capitalista hegemônico, que submeteu a economia nacional à dinâmica transferidora de renda ao exterior. A perda da

prerrogativa de uma política externa própria é a contrapartida da aplicação do receituário reformista pró-mercado (Bueno e Cervo, 2011, pp. 489-491).

A autonomia e o patrimônio nacional brasileiro foram livrados de uma dilapidação total por aquilo que o Professor Amado Luiz Cervo chama de “Estado logístico”⁴ (Bueno e Cervo, 2011, p. 489). Um ensaio àquele momento, mas que se mostrou capaz de “absorver, no ponto de transição, as forças nacionais geradas pelo Estado desenvolvimentista e engendrar a inserção madura no mundo unificado pelo triunfo do capitalismo” (*Idem*, p.493).

Nova independência?

A transição do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para Luiz Inácio Lula da Silva compreendeu uma mudança nos modelos de inserção internacional do Brasil. A adoção de uma postura mais autônoma, bem como a estratégia de condicionamento da política externa a um projeto de desenvolvimento nacional, está anunciada desde o discurso inaugural do primeiro mandato do presidente:

Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos (Itamarati, 2003).

Desde então, ficam manifestos aspectos que se tornaram o eixo da nova política externa. A saber: a “presença soberana *no mundo*” e a “instrumentalização do desenvolvimento nacional”. O primeiro elemento ressalta uma pluralização do foco da política externa, que ganhará expressão com o novo trato dado às estratégias de

⁴ A expressão designa um paradigma de um Estado que “*fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, para equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura*”.

cooperação Sul-Sul. Quanto ao condicionamento às políticas de desenvolvimento nacional, resta sugerida uma nova barganha nacionalista, reelaborada em um novo contexto. Esta orientação firmará a base do que se denomina Nova Política Externa Independente.

Na interpretação dos Professores Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, este novo direcionamento não se justifica apenas pela diferença na inclinação dos pensamentos dos dois presidentes. Nada obstante, os Professores tributam à reticência de Cardoso a abertura de possibilidades ao presidente Lula de valer-se do padrão logístico de Estado, a fim de promover a inserção *interdependente* do país⁵ (Bueno e Cervo, 2011, p. 525)

Este empreendimento, contudo, não partiu da estaca zero. O legado deixado pela submissão às regras da governança global, emanadas do centro do capitalismo, cobre efeitos bastante nocivos ao poder do país na cena internacional, com desdobramentos severos no âmbito interno. Entretanto, esta abertura econômica, no longo prazo, trouxe à sociedade uma maior responsabilidade na promoção do desenvolvimento do país (*Idem*, p. 526). É a partir daí que engendra a Nova PEI.

O traço distintivo mais emblemático deste resgate nacionalista para a política externa no século XXI, quando comparado às estratégias da PEI, na década de 1960, deve ser encontrado no ambiente internacional. A nova estratégia de inserção internacional brasileira não mais se insere no contexto da bipolaridade. O fim da Guerra Fria permitiu, neste novo século, uma maior concretude aos posicionamentos que, como outrora, reivindicam reformas sociais – nos planos doméstico e internacional.

O comércio exterior novamente se reorientou e buscou expandir-se em direção a novos mercados, para além dos países centrais. A ofensiva comercial em direção aos países da América Latina, bem como de países africanos e asiáticos, entretanto, buscou esquivar-se da ingerência de organismos internacionais de que o país era extremamente dependente, à década de 1960, para realização de seu projeto de desenvolvimento (Mello, 2009, pp. 77-79).

No que diz respeito à aproximação aos demais países do sul global, as condições políticas de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, pouco propícias à década de 1960, transformaram-se na Nova PEI. A implementação de projetos de integração

⁵ Grifo nosso.

regional, e outros empreendimentos cooperativos entre os países em desenvolvimento, foi vista como um elemento-chave da inserção da região no mundo (*Idem*, pp. 78-79).

As relações comerciais e a inserção internacional do Brasil durante o governo Lula, portanto, devem ser situadas neste movimento geral de reorientação político-ideológica que se desenvolveu nesta virada do século XX para o século XXI. As relações comerciais do Brasil com a China e os novos arranjos de cooperação Sul-Sul são enfatizados neste artigo.

Complementaridade sob a demanda chinesa

Em maio de 2004, por ocasião do encerramento do “Seminário Brasil-China: Uma Parceira de Sucesso”, realizado em Xangai, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou o que, àquele momento, se apresentava como uma janela de oportunidades:

Eu digo sempre que relação comercial é uma via de duas mãos. Obviamente, todos nós sempre queremos vender mais do que comprar, mas é importante que a relação comercial seja equilibrada para que os dois países possam estar contentes e satisfeitos. (...) E eu acho que nós precisamos estar preparados para comprar e para vender porque essa relação com a China é, definitivamente, uma relação estratégica. Eu acho que China e Brasil só têm a ganhar com o aperfeiçoamento das nossas relações. (...) Somos dois grandes países em desenvolvimento que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios. Daí a importância de nossa aliança estratégica - não só para intensificar nosso relacionamento recíproco, mas para modificar as regras injustas que, hoje, presidem o comércio internacional (ITAMARATY, 2004).

Estratégica. É assim que os governos brasileiro e chinês qualificam a relação entre os dois países, estreitada na última década. Baseada no comércio bilateral, esta relação também comporta uma “coordenação de posições no âmbito das políticas multilaterais” (Bueno e Cervo, 2011, p. 558). O comércio e o investimento entre Brasil e China cresceram substancialmente ao longo da década de 2000. Os investimentos da China no Brasil se mantiveram aquém das expectativas do Itamaraty. Entretanto aliviaram, em certa medida, a pressão feita sobre o governo pelos industriais brasileiros,

que veem amplos setores do mercado nacional serem tomados por manufaturados chineses (*Idem*, pp. 558-559).

No comércio, o dinamismo da economia chinesa, e seu peso crescente na demanda mundial, em grande parte, por produtos exportados pelo Brasil, constituiu um fator de estreitamento dos vínculos entre os países. Ao final da década de 1990 (1998 e 1999), enquanto a China obtinha taxas anuais de crescimento próximas a 10%, a demanda por produtos da pauta de exportação brasileira ficava em torno de 1%. Em 2010, a demanda chinesa já consumia mais de 15% das exportações do Brasil. No caminho inverso, entre 2002 e 2010, o percentual de exportações brasileiras dirigidas aos Estados Unidos caiu de mais de 25% para menos de 10% (Giambiagi, 2011, pp. 225-229). Estes elementos quantitativos dão uma dimensão da mudança havida no direcionamento do comércio exterior brasileiro, em um período relativamente curto. Uma análise mais acurada, contudo, deve descer à composição das transações comerciais sino-brasileiras no período.

Na esteira de suas elevadas taxas anuais de crescimento, verificadas desde o final do século XX, a China – e outros países asiáticos, tais como a Índia – passou por uma contínua expansão do mercado de consumo de massa. Isto respondia pelo caráter estratégico da aproximação comercial para o Brasil, no início do século XXI. Muitos itens da pauta de exportação brasileira passavam, com esta dinâmica, por um redimensionamento de horizontes. Além de *commodities*, produtos com algum valor agregado, tais como papel, celulose, carnes etc. aumentaram sua participação nas exportações do Brasil para aqueles países (*Idem*, p. 227).

Em geral, neste período a economia mundial cresceu como um todo, em um dinamismo que não tardaria a se mostrar ilusório. Até o final de 2008, quando eclodiu a crise financeira internacional, o preço das *commodities* se elevou sobremaneira. Entre 2002 e 2008, o preço em dólares dos produtos básicos exportados cresceu 164% (*Ibidem*, pp. 220-221). O Brasil jogou com este cenário, o que lhe permitiu, pelo menos no curto prazo, sustentar alguns avanços sociais e incontestáveis ganhos econômicos. Restava, contudo, assegurar-se que a sustentação destes benefícios não estivesse condicionada à prosperidade da economia mundial.

Com alguns períodos de variação, em 2002, a participação dos produtos manufaturados na lista de bens exportados pelo Brasil ainda mantinha o percentual de

55%, alcançado em 1985. Em 2010, este percentual caiu para 39% do total (*Ibdem*, p. 221), o que levanta a discussão sobre os problemas do ganho de peso das *commodities* na economia brasileira, bem como sobre a sustentação, no longo prazo, das opções de política econômica. Não há dúvidas de que a expansão das fronteiras do agronegócio é cara ao país, e esteve na base do sossego econômico dos primeiros anos deste século. Tampouco se põe em questão as oportunidades que o setor pôde, historicamente, abrir à economia. Resta pensar os limites entre complementaridade e dependência, em busca de um olhar crítico às simetrias ou assimetrias implicadas “via de mão dupla” a que o trecho do discurso presidencial citado na abertura desta seção faz alusão.

Considerações finais

Em 1989, a Guerra Fria não *chegou* a um fim. Diferentemente, o período marca a vitória dos Estados Unidos e, no seu bojo, o triunfo de um modelo de economia e de sociedade que então se apresentava como passaporte para a prosperidade. É neste ambiente que se situa a dinâmica política e econômica dos países latino-americanos à década de 1990. A globalização tornou-se a vitrine dos novos tempos ao prescrever reformas que garantissem avanços sucessivos rumo à integração global dos mercados. “A globalização é um fato, mas só é global do ponto de vista das finanças, que passaram a operar num ‘espaço mundial’ hierarquizado a partir do sistema financeiro norte-americano e viabilizado pela política do estado hegemônico” (Fiori, 1997, p. 90).

Em parte, as pressões externas pelo ajuste pró-mercado explicam a timidez do ensaio logístico durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. A atrofia do Estado desenvolvimentista guarda também parte de sua raiz no empenho político-ideológico de Cardoso no sentido de “enterrar a Era Vargas”. No plano externo, o ceticismo do Presidente no reconhecimento da “globalização assimétrica” (Bueno e Cervo, 2011, p. 525) traduzia a renúncia da prerrogativa de fazer uma política própria (*Idem*, p. 491). De certo modo, o mote da “autonomia pela inserção” esteve mais fiel à integração do Brasil às cadeias globais de produção. A posição que nesta o país buscava ocupar, curiosamente, parece ter pesado pouco na orientação das estratégias de inserção internacional.

O ensaio de Estado Logístico, introduzido por Fernando Henrique Cardoso, e com que o Brasil chegou ao século XXI, serviu de modelo para a tessitura de uma nova política doméstica e externa, durante o Governo Lula (*Ibdem*, p. 525). A diplomacia “ativa e altiva”, então desenhada, cumpria o esforço do Estado brasileiro em recuperar a autonomia decisória, sob bases sociais mais amplas e consolidadas. Era uma resposta à passividade do estado neoliberal, que havia entrado no jogo de forças tradicional. Desde o Fórum Econômico Mundial de Davos, realizado em 2003, Lula expressa sua oposição à “ode ao deus-mercado” (*Ibdem*, p. 529).

Neste trabalho, são contrapostas diferentes estratégias que, em situações distintas, presidiram a política externa brasileira em seu íterim de inserção internacional. À década de 1990, a globalização encerrava um discurso de pragmatismo, que se encontra na base das acusações recentemente feitas ao que anteriormente chamamos de Nova Política Externa Independente. Não há, na perspectiva aqui adotada, qualquer fundamento nesta postura, que supõe possível uma política externa não ideologizada, ou mesmo despolitizada. Os desdobramentos para a inserção internacional do estreitamento do vínculo entre Estado e sociedade, implicado na estratégia logística, para usar os termos dos Professores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, antes de mera aprazia ideológica, parece propor uma alternativa às “armadilhas da ‘globalização’” (TAVARES, 1996, p. 27).

Posto em outros termos, a estratégia de aproximação do Sul global, expressa no reavivamento das formas de cooperação Sul-Sul, sugere a globalização de uma resistência àquelas armadilhas. “Trata-se da organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais (...)” (Santos, 2005, p. 67). Os “passos contra-hegemônicos” dados sugerem alternativas mais autônomas de inserção internacional. Entretanto, uma “estratégia logística”, alicerçada na capacidade de fazer da política externa um instrumento do desenvolvimento socioeconômico nacional, chamando a responsabilidade conjunta da sociedade brasileira, é um desafio que se apresenta neste início de século.

Referências

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. 2011. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

DOMINGUES, José Maurício. 2007. **Aproximações à América Latina**: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. **Teoria crítica e (semi)periferia**. 2011. Belo Horizonte: Editora UFMG.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2012 [2006]. 14ª ed. São Paulo: Edusp.

FIORI, José Luís. 1996. “Globalização, hegemonia e império”. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.). **Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes.

GIAMBIAGI, Fábio. 2011. “Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2010)”. In: CASTRO, L. B. de; GIAMBIAGI, F.; HERMANN, J.; VILLELA, A. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier.

GONÇALVES, Williams. 2011. “Panorama da Política Externa Brasileira no GovernoLula da Silva”. In: FREIXO, A. de; PEDONE, L.; RODRIGUES, T. M.; ALVES, V. C. (Orgs.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri.

ITAMARATY, 2003. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/Discurso-do-Senhor-Presidente-da-Republica-Luiz>.

_____, 2004. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/249284669192-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio>.

MELLO, Eduardo Brigidi de. **A Nova Política Externa Independente**: o Governo Lula e a inserção externa brasileira no século XXI. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MORAES, Reginaldo Carmello Correa. 2006. **Estado, desenvolvimento e globalização**. São Paulo: Editora UNESP.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2005. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez.

SEN, Amartya. 2004 [1999]. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schuwarz LTDA.

TAVARES, M. C. 1996. **Destruição Não Criadora**: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada. Rio de Janeiro: Record.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. 2008. “Do nacional-desenvolvimentismo Política externa Independente (1945-1964)”. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Política exterior e desenvolvimento (1954-1964)**: o nacionalismo e a política externa independente. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3745.